

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	52
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	53
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	452.567
Preferenciais	203.209
Total	655.776
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.175.025	1.137.703
1.01	Ativo Circulante	233.411	185.227
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.821	3.519
1.01.02	Aplicações Financeiras	122.201	83.844
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	122.201	83.844
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	122.201	83.844
1.01.03	Contas a Receber	52.761	47.913
1.01.03.01	Clientes	52.761	47.913
1.01.04	Estoques	8.261	7.060
1.01.06	Tributos a Recuperar	214	264
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	214	264
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.212	205
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	44.941	42.422
1.01.08.03	Outros	44.941	42.422
1.01.08.03.01	Crédito com Controladores	43.189	40.933
1.01.08.03.02	Outras Contas a Receber	1.752	1.489
1.02	Ativo Não Circulante	941.614	952.476
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	144.990	143.135
1.02.01.06	Tributos Diferidos	37.151	39.271
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.151	39.271
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	107.839	103.864
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	104.375	100.407
1.02.01.09.04	Outros Ativos	3.464	3.457
1.02.03	Imobilizado	596.113	604.208
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	574.576	585.588
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	603	655
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	20.934	17.965
1.02.04	Intangível	200.511	205.133
1.02.04.01	Intangíveis	200.511	205.133
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	60.569	61.868
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	139.942	143.265

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.175.025	1.137.703
2.01	Passivo Circulante	147.384	127.899
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.692	30.404
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.695	2.906
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.997	27.498
2.01.02	Fornecedores	23.562	26.876
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.451	26.876
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	111	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.406	10.524
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.044	8.435
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.287	5.057
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	3.757	3.378
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.362	2.089
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	46.263	56.839
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.749	56.184
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.059	21.232
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.690	34.952
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	514	655
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	287	345
2.01.04.03.02	Em Moeda Estrangeira	227	310
2.01.05	Outras Obrigações	44.461	3.256
2.01.05.02	Outros	44.461	3.256
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	41.810	1
2.01.05.02.04	Operações com Swap	2.598	3.203
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	53	52
2.02	Passivo Não Circulante	207.622	203.139
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	50.865	58.403
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	50.865	58.374
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	202
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	50.865	58.172
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	29
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	0	29
2.02.03	Tributos Diferidos	67.983	60.501
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	67.983	60.501
2.02.04	Provisões	88.774	84.235
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	88.774	84.235
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.271	7.425
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	81.503	76.810
2.03	Patrimônio Líquido	820.019	806.665
2.03.01	Capital Social Realizado	627.714	627.714
2.03.02	Reservas de Capital	95.113	94.348
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	95.110	94.345
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	3	3
2.03.04	Reservas de Lucros	42.793	84.603
2.03.04.01	Reserva Legal	24.869	24.869
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	41.810

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.10	Reserva de Lucros para Investimentos	17.924	17.924
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	54.399	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	195.788	130.020
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-93.641	-70.519
3.03	Resultado Bruto	102.147	59.501
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.452	-23.336
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.561	-3.886
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.410	-17.289
3.04.02.01	Amortização de Ágio	-2.789	-2.789
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-15.621	-14.500
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.579	153
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-60	-2.314
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	80.695	36.165
3.06	Resultado Financeiro	2.621	-725
3.06.01	Receitas Financeiras	6.109	9.902
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.488	-10.627
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	83.316	35.440
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.917	-12.482
3.08.01	Corrente	-19.316	-4.029
3.08.02	Diferido	-9.601	-8.453
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.399	22.958
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.399	22.958
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,08295	0,03501
3.99.01.02	PN	0,08295	0,03501

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	63.901	50.733
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	106.788	63.001
6.01.01.01	Resultado Antes da Tributação e Participação	83.316	35.440
6.01.01.02	Variação Monetárias e Cambiais	519	1.809
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	18.241	18.093
6.01.01.05	Constituição/(Reversão) de Provisões Contingenciais	4.539	4.230
6.01.01.06	Baixas e Resultado na Venda de Ativos Permanentes	109	2.313
6.01.01.07	Juros sobre Empréstimos Apropriados	1.101	1.208
6.01.01.08	Ganho / (Perda) em Operações com Swap	-1.802	-92
6.01.01.09	Plano de Opção de Compra de Ações	765	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.196	-6.369
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-4.848	4.837
6.01.02.02	(Aumento) Redução nos Estoques	-1.201	-165
6.01.02.03	(Aumento) Redução no Ativo Fiscal Corrente	50	273
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Despesas Pagas Antecipadamente	-2.007	-1.841
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	-3.968	-4.597
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Partes Relacionadas	-2.256	0
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-270	-966
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Fornecedores	362	479
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Salário e Obrigações Sociais	-11.712	-3.937
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Impostos, Taxas e Contribuições	653	-454
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Outros Passivos	1	2
6.01.03	Outros	-17.691	-5.899
6.01.03.01	IRPJ e CSLL Pagos	-16.087	-3.990
6.01.03.02	Juros Pagos por Empréstimos e Financiamentos	-1.604	-1.909
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.273	39.570
6.02.01	Compras de Imobilizados	-10.143	-437
6.02.02	Alienação do Ativo Imobilizado	946	41.716
6.02.03	Aumento do Ativo Intangível	-76	-1.709
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-16.969	-21.022
6.03.01	Empréstimos Tomados	4.857	10.000
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-21.826	-23.336
6.03.03	Dividendos e JSCP Pagos	0	-7.686
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	37.659	69.281
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	87.363	67.392
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	125.022	136.673

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	627.714	94.348	84.603	0	0	806.665
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	627.714	94.348	84.603	0	0	806.665
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	765	-41.810	0	0	-41.045
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	765	0	0	0	765
5.04.06	Dividendos	0	0	-41.810	0	0	-41.810
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.399	0	54.399
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.399	0	54.399
5.07	Saldos Finais	627.714	95.113	42.793	54.399	0	820.019

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	627.714	94.348	35.040	0	0	757.102
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	627.714	94.348	35.040	0	0	757.102
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	22.958	0	22.958
5.04.08	Lucros/Prejuízos do Período	0	0	0	22.958	0	22.958
5.07	Saldos Finais	627.714	94.348	35.040	22.958	0	780.060

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	215.481	139.599
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	214.556	141.124
7.01.02	Outras Receitas	1.519	149
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-594	-1.674
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-52.581	-37.740
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-27.585	-22.135
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.996	-13.295
7.02.04	Outros	0	-2.310
7.03	Valor Adicionado Bruto	162.900	101.859
7.04	Retenções	-18.241	-18.093
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.241	-18.093
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	144.659	83.766
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.109	9.902
7.06.02	Receitas Financeiras	6.109	9.902
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	150.768	93.668
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	150.768	93.668
7.08.01	Pessoal	32.890	25.238
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.591	19.832
7.08.01.02	Benefícios	6.707	4.179
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.592	1.227
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.549	28.973
7.08.02.01	Federais	46.940	24.641
7.08.02.02	Estaduais	82	54
7.08.02.03	Municipais	6.527	4.278
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.930	16.499
7.08.03.01	Juros	3.488	10.626
7.08.03.02	Aluguéis	6.442	5.873
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	54.399	22.958
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	54.399	22.958

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

TECON SANTOS

INDICADORES OPERACIONAIS

(unidades)	1T11	1T10	Var. (%)
TECON SANTOS			
Operações de cais	216.016	166.638	29,6%
Cheios	171.956	140.250	22,6%
Vazios	44.060	26.388	67,0%
Operações de armazenagem	47.565	32.929	44,4%

O **volume** operado no **1T11** foi de **216.016** contêineres, aumento de **29,6%** em relação ao 1T10, sendo que 171.956 contêineres foram cheios, representando **79,6%** do total. A movimentação de contêineres cheios cresceu **22,6%** no período, desempenho influenciado pela retomada das exportações e pela manutenção do forte fluxo de cargas importadas.

O **volume** na operação de armazenagem apresentou forte crescimento de **44,4%** no **1T11** se comparado ao registrado no 1T10. O crescimento superior ao verificado na operação de contêineres cheios foi possível em virtude do fluxo de contêineres cheios de importação, que, devido ao crescimento consistente nos últimos trimestres, respondem por mais de 55% do total de contêineres cheios de longo curso. Outro fator de destaque foi o aumento do percentual de retenção destes contêineres que desembarcam na margem esquerda do Porto de Santos, mantendo neste trimestre índices superiores a 52%.

DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Receita Bruta dos Serviços

(R\$ milhões)	1T11	1T10	Var. (%)
Operações de Cais	124,0	95,2	30,3%
Operações de Armazenagem	96,7	50,1	67,5%
TOTAL	220,7	145,3	51,9%

A **receita bruta** total apresentou crescimento de **51,9%** no **1T11**, em relação ao 1T10.

O crescimento de 30,3% neste **1T11** em relação ao 1T10 da **receita bruta** com **operações de cais** foi proporcional ao aumento nos volumes movimentados no cais no trimestre.

A receita com **operações de armazenagem** cresceu **67,5%** no **1T11** em relação ao 1T10. Neste trimestre, o *dwell time* (tempo de armazenagem) das cargas de importação foi de 18 dias, contra 15 dias no 1T10, o que afetou positivamente a receita.

Receita Líquida dos Serviços

A **receita líquida** consolidada totalizou **R\$ 195,8 milhões** no **1T11**, aumento de **50,6%** em relação aos R\$ 130,0 milhões registrados no 1T10, em linha com o crescimento da receita bruta.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 93,6 milhões no 1T11, um aumento de 32,8% em relação ao registrado no 1T10. O resultado apurado foi afetado principalmente pela elevação da movimentação de contêineres, e conseqüentemente dos custos variáveis. O crescimento dos custos fixos se deve ao objetivo de preparar o Tecon Santos para atender a crescente demanda. Despesas não recorrentes com a desmontagem e retirada de guindastes de cais (portêineres) obsoletos também pressionaram os custos neste trimestre.

(R\$ milhões)	1T11	1T10	Var. (%)
Custos com Movimentação	(26,1)	(20,8)	25,5%
Custos com Pessoal	(27,5)	(20,8)	32,2%
Arrendamento e Infraestrutura	(7,8)	(7,1)	9,9%
Depreciação e Amortização	(15,1)	(14,8)	2,0%
Outros Custos	(17,1)	(7,0)	144,3%
Total	(93,6)	(70,5)	32,8%

Custos com Movimentação (Mão-de-Obra Avulsa, Taxa Canal – TUP e outros custos variáveis)

O crescimento de 25,2% em relação ao 1T10 ocorreu basicamente devido à maior utilização de equipes de estiva à disposição para os serviços no cais no período e aumento da Taxa Canal que incide apenas sobre contêineres cheios.

Custos com Pessoal

Os custos com pessoal aumentaram 32,2% entre o 1T11 e o 1T10 devido principalmente a contratação de profissionais para atender a forte demanda observada e a entrada em operação de novos equipamentos operacionais.

Arrendamento e Infraestrutura

O custo com arrendamento e infraestrutura portuária apresentou variação positiva de 9,9% no período decorrente do reajuste previsto em contrato conforme variação de IGP-M.

Depreciação e Amortização

o custo de depreciação e amortização apresentou aumento de 2,0% em relação 1T10 em decorrência de investimentos nos ativos operacionais da Companhia.

Outros Custos

Os outros custos apresentaram aumento de 144,3% no 1T11 em decorrência da desmontagem e retirada de guindastes pórticos (portêineres) sem utilidade operacional. Estes guindastes foram adquiridos antes da concessão do Tecon Santos, tinham capacidade limitada e não mais atendiam as necessidades operacionais do terminal e ocupavam espaço produtivo do cais do terminal.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais por Segmento

As **despesas operacionais consolidadas** totalizaram R\$ 21,5 milhões no 1T11, redução de **7,7%** no período, motivada pela redução das despesas administrativas corporativas.

(R\$ milhões)	1T11	1T10	Var. (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Vendas	(4,5)	(3,8)	18,4%
Gerais e Administrativas	(7,2)	(5,7)	26,3%
CORPORATIVO			
Gerais e Administrativas	(6,7)	(10,7)	-37,4%
Depreciação e Amortização	(3,1)	(3,1)	0,0%
Total	(21,5)	(23,3)	-7,7%

Despesas Operacionais – Terminais Portuários

Despesas de Vendas

As **despesas de vendas** apresentaram aumento de 18,4% devido ao aumento das vendas na armazenagem verificada no período.

Despesas Administrativas

As **despesas administrativas** apresentaram aumento de **26,3%** em comparação ao 1T10 em consequência de gastos com serviços profissionais contratados.

Despesas Operacionais – Corporativo

Despesas Gerais e Administrativas

As **despesas gerais e administrativas** apresentaram queda de 37,4% em comparação ao 1T10 em consequência de redução de gastos com serviços profissionais contratados.

Depreciação e Amortização

Não houve alterações na amortização do ágio decorrente da reestruturação societária realizada em 2006.

EBITDA e Margem EBITDA

(R\$ milhões)	1T11	Margem (%)	1T10	Margem (%)	Var. (%)
Tecon Santos	105,6	53,9%	65,0	50,0%	62,5%
Corporativo	(6,7)	-	(10,7)	-	-37,4%
Total Tecon Santos	98,9	50,5%	54,3	45,7%	82,1%

O crescimento expressivo do volume de contêineres de importação como reflexo do incremento do comércio exterior no Brasil impulsionou os resultados da Companhia no 1T11. Nos primeiros meses do ano, as importações brasileiras apresentaram crescimento superior às exportações. No 1T11, observou-se que as exportações mantiveram-se em níveis elevados e as importações brasileiras se expandiram de forma significativa, apresentando crescimento de 25% nos contêineres cheios de longo curso em relação ao 1T10.

Como resultado do aumento no volume nas operações portuárias, o Tecon Santos aproveitou as economias de escala decorrentes de sua alavancagem operacional e no **1T11** apresentou **EBITDA de R\$ 98,9 milhões**, com **margem EBITDA de 50,5%**, crescimento de **82,1%** na comparação com o 1T10.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Lucro / Prejuízo Líquido

O **lucro líquido** apurado no **1T11** foi de **R\$ 54,4 milhões**, aumento de **136,5%** relativamente aos R\$ 40,2 milhões de lucro líquido no 1T10, explicado pelo melhor resultado operacional.

(R\$ milhões)	1T11	1T10	Var. (%)
EBITDA	98,9	53,3	85,6%
Depreciação/Amortização	(18,2)	(18,1)	0,6%
EBIT	80,7	36,2	122,9%
Resultado Financeiro	2,6	(0,7)	-
Equivalência patrimonial	-	-	-
IRPJ / CSLL	(28,9)	(12,5)	131,2%
Lucro / Prejuízo do Período	54,4	23,0	136,5%

DÍVIDA E DISPONIBILIDADE

(R\$ milhões)	Moeda	31/03/2011	31/12/2010	Var. (%)
Curto Prazo	Nacional	11,3	21,6	-47,7%
	Estrangeira	34,9	35,3	-1,1%
Longo Prazo	Nacional	-	0,2	-
	Estrangeira	50,9	58,2	-12,5%
Endividamento Total		97,1	115,2	-15,7%
Disponibilidades		(125,0)	(87,4)	43,0%
Dívida Líquida		(27,9)	27,8	-

O **endividamento total** consolidado atingiu o montante de **R\$ 97,1 milhões** em 31 de março de 2011, com redução de **15,7%** em relação ao saldo de R\$ 115,2 milhões registrado em 31 de Dezembro 2010.

A **disponibilidade** de caixa encerrou o período anterior com aumento de R\$ 37,6 milhões, devido à geração de caixa operacional obtida pelos bons resultados provenientes da forte atividade de movimentação de contêineres no 1T11.

INVESTIMENTOS

(R\$ Milhões)	1T11	1T10
Total	8,5	1,5

Após um período de intenso investimento em sua expansão operacional, quando adicionou 220 metros de cais e 112 mil m² quadrados de retro-área com o Terminal 4 e adquiriu 6 novos portêineres Super-Post-Panamax, o Tecon Santos obteve um grande avanço na produtividade, que passou de 54 MPH no 1T10 para 60MPH no 1T11, ou seja, um crescimento de 11%.

Em 2011, os investimentos previstos para o Tecon Santos são relacionados a aquisição de RTGs, guindastes sobre rodas, para operar a retro-área do Terminal com menores custos e maior eficiência, e terminal tractors, caminhões específicos para operação portuária. Estes investimentos visam à contínua melhoria da produtividade no embarque e desembarque de contêineres. Desta forma, o Tecon Santos mantém sua liderança e vantagens competitivas no Porto de Santos, podendo com isto aumentar seu market-share no Porto de Santos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Santos Brasil.

Notas Explicativas

Santos-Brasil S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. Informações gerais

A Santos-Brasil S.A. (Companhia), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, desde 29 de novembro de 1997, por meio de operações com contêineres ou afins que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

b. Contrato para exploração do Tecon 1

A Companhia foi a vencedora do leilão para exploração comercial do Tecon 1 com o lance de R\$274.484. Esse montante é composto: (a) pela parcela de R\$200.172 paga na assinatura do contrato, correspondente à aquisição de certos bens, no valor de R\$70.381, registrado no imobilizado, e ao direito de exploração, no valor de R\$129.791, registrado no ativo intangível, e (b) por R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período), as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de arrendamento operacional.

As parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato vêm sendo pagas regularmente, corrigidas anualmente pelo IGP-M, nos meses de setembro, e encontram-se garantidas por seguro garantia da Seguradora UBS Seguros S.A., no montante de R\$5.435, e no montante de R\$358, ambas com validade até 30 de abril de 2011.

Em julho de 2006, foi celebrado o Aditivo ao Contrato de Arrendamento, para proporcionar a expansão das instalações em uma área contígua à original, com o aumento do pátio em 112.715 m², totalizando uma área de 596.715 m², e com a construção de mais um berço de atracação. Este aditivo foi, inicialmente, contestado judicialmente por certos concorrentes.

Em 14 de março de 2007 - uma vez denegadas às seguranças, foram cassadas as liminares concedidas, por decisão do Juízo da 4ª Vara Federal de Santos - a Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) concedeu à Companhia a posse da referida área. Essa área, denominada Tecon 4, foi inaugurada em janeiro de 2010.

Notas Explicativas

c. Compromissos decorrentes do Contrato de Exploração do Tecon 1, com a Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP)

A Companhia efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP baseados em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual (MMC), de embarques e desembarques nas operações dos navios. A MMC era de 274.500 contêineres por ano, até o final do 5º ano e passou para 363.000 a partir do 6º ano, conforme o contrato original. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% da somatória das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Primeiro Aditamento ao contrato original, assinado em 3 de julho de 2006, a MMC de 363.000 vigorará até o 48º mês a partir da obtenção da Licença de Instalação (LI), fornecida pela CETESB, referente à área acrescida pelo Tecon 4, que se deu em 19 de outubro de 2007. A partir do 49º mês, ou seja, 19 de outubro de 2011, a MMC passará a ser de 513.000 por ano. Este aditamento, incluiu nas MMCs acima, a meta de 70.000 contêineres na movimentação na navegação por cabotagem.

O contrato de exploração prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores adicionais por contêiner movimentado acima de duas vezes a MMC. Tais valores variam: (i) de R\$4,00 por contêiner movimentado que exceder o dobro da MMC, quando a movimentação se situar no intervalo de duas a três vezes a faixa mínima aplicável, e (ii) de R\$2,00 por contêiner movimentado que exceder a MMC para os casos em que a movimentação estiver acima de três vezes a faixa mínima estipulada.

Existe o compromisso de que as instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, ora em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CODESP após o término ou a extinção do contrato.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, ambas aplicadas consistentemente com o último exercício social encerrado.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;

Notas Explicativas

- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota nº 13 – Arrendamento

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota nº 12 - Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais.

2.5 Base de comparação entre os períodos apresentados

Para manter a uniformidade de procedimentos e comparação dos saldos com o período corrente, foram efetuados ajustes e reclassificações em algumas linhas do resultado do período findo em 31 de março de 2010, conforme segue:

	31.03.2010			
	Anteriormente apresentado	(a) Reclassificação	(b) Ajustes	Saldos ajustados
Custo dos serviços prestados	(69.093)	(892)	(534)	(70.519)
Despesas com vendas	(3.894)	8	-	(3.886)
Despesas gerais e administrativas	(17.279)	(10)	-	(17.289)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(8.635)	-	182	(8.453)
Plano de Participação no Resultado – PPR	<u>(894)</u>	<u>894</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do período	<u>23.310</u>	<u>-</u>	<u>(352)</u>	<u>22.958</u>

Notas Explicativas

- (a) Reclassificação das despesas com o plano de participação no resultado - PPR que anteriormente eram registradas em uma conta específica para a conta onde os funcionários estão alocados.
- (b) Ajuste referente a depreciação sobre a capitalização dos custos de empréstimos bem como o efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre esse ajuste.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

- *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos financeiros não derivativos são classificados da seguinte forma:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

- *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- *Capital social*

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

- *Instrumentos financeiros derivativos*

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Notas Explicativas

c. *Imobilizado*

- *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- *Custos subseqüentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

Notas Explicativas

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

- *Concessões de serviços públicos*

A Companhia possui concessão de serviço público decorrente do contrato de arrendamento, conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 10. A Companhia atua sob regime de concessão, entretanto, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, em função do preço não ser regulamentado pelo poder concedente, dessa forma não foram efetuados ajustes ou reclassificações nas informações trimestrais da Companhia em decorrência desse pronunciamento.

- *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

e. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados

Notas Explicativas

juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de março de 2011, 31 de dezembro e 31 de março de 2010.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

g. Benefícios a empregados

- *Transações de pagamentos baseados em ações*

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

- *Benefícios de término de vínculo empregatício*

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data-base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

- *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Notas Explicativas

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- *Plano de Contribuição definida*

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme Nota Explicativa nº 7-e.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Receita

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

j. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Notas Explicativas

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

n. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente do Grupo (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Notas Explicativas

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

o. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o trimestre findo em 31 de março de 2011, sendo essas:

- *Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters;*
- *Improvements to IFRS 2010;*
- *IFRS 9 Financial Instruments;*
- *Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14);*
- *Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.*

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto dessas novas normas em suas informações trimestrais.

4 Gerenciamento do risco financeiro

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do WACC – Custo Médio Ponderado de Capital.

A dívida para relação do capital ao final do trimestre é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	31.03.2011	31.12.2010
Total do passivo	355.006	331.038
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(125.022)</u>	<u>(87.363)</u>
Dívida líquida	<u>229.984</u>	<u>243.675</u>
Total do patrimônio líquido	<u>820.019</u>	<u>806.665</u>
Relação dívida líquida sobre capital	0,28046	0,30208

Os demais riscos: Risco de crédito, Risco de liquidez e Risco de mercado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 20.

5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	31.03.2011	31.12.2010
Caixa e saldo em bancos	2.821	3.519
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>122.201</u>	<u>83.844</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>125.022</u>	<u>87.363</u>

Natureza	Taxas médias		31.03.2011	31.12.2010
	% CDI	Vencimentos		
Investimentos mantidos para negociação:				
CDB	101,77%	indeterminado	25.646	24.947
Fundos de Investimento	104,6%	Não há	<u>96.555</u>	<u>58.897</u>
Total			<u>122.201</u>	<u>83.844</u>

As taxas médias das aplicações, apresentadas acima, se referem às remunerações obtidas no período de janeiro a março de 2011 e estão relacionadas à taxa do CDI. As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e fazem parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante como caixa e equivalentes de caixa.

6 Contas a receber de clientes

	31.03.2011	31.12.2010
Circulante:		
No País	53.443	48.137
Menos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(682)</u>	<u>(224)</u>
Total	<u>52.761</u>	<u>47.913</u>

Notas Explicativas

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	31.03.2011	31.12.2010
Créditos a vencer	33.354	31.202
Créditos em atraso até 60 dias	14.054	12.964
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	862	961
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	2.513	1.771
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	1.708	309
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>952</u>	<u>930</u>
 Total	 <u>53.443</u>	 <u>48.137</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, que totalizava R\$5.173 em 31 de março de 2011 (R\$3.010 em 31 de dezembro de 2010). Desse montante são excluídos: (i) os créditos em negociação, (ii) os créditos em discussão judicial relacionados aos Terminais Retroportuários Alfandegados (TRAs), conforme descrito na Nota Explicativa nº 12-a, e (iii) os depósitos não identificados, resultando assim, no valor final de R\$682 (R\$224 em 31 de dezembro de 2010).

A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o art. 9º, § 1º, inciso II da Lei nº 9.430/96.

7 Partes relacionadas

a. Contratos de mútuo

Mutuárias	31.03 2011	31.12 2010
Santos Brasil Participações S.A. (controladora)	43.189	40.933

Os contratos de mútuo têm por objetivo o financiamento do capital de giro das Companhias, sendo que possuem vencimento em 31 de dezembro de 2011, e são remunerados à taxa de 131% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), equivalente ao custo de captação para o capital de giro.

b. Contas correntes

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia tinha registrado em contas correntes a receber valores, principalmente, referentes a despesas com serviços administrativos compartilhados, prestados pela Companhia às demais empresas do grupo.

Devedoras	31.03.2011	31.12.2010	01.01.2009
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	23	14	761
Mesquita S.A. Transportes e Serviços	408	347	-
Santos Brasil Participações S.A.	121	108	-
Tecon Imbituba S.A.	-	-	-
Terminal Portuário de Veículos S.A.	-	-	65
Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.	<u>11</u>	<u>13</u>	<u>-</u>
Total	<u>563</u>	<u>482</u>	<u>826</u>

Notas Explicativas

c. Remuneração do pessoal-chave

Remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

	31.03.2011		31.03.2010	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	405	2.713	403	2.630
Outros benefícios	-	61	-	68
Plano de opção de compra de ações	-	671	-	-
Total	<u>405</u>	<u>3.445</u>	<u>403</u>	<u>2.698</u>

Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

d. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista do contrato de financiamento Cédulas de Créditos à Exportação (CCE), no montante de R\$250.000, contratados por sua controladora, que tem como garantia para a CCE cessão fiduciária de direitos creditórios sobre o faturamento dos serviços prestados pela Companhia.

A Companhia é garantidora da 1ª emissão de Debêntures, em 30 de abril de 2010, de sua controladora na qualidade de Garantia Fidejussória, no montante de R\$100.000.

e. Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrada pela Brasilprev, capacitação em idiomas, seguro de vida, assistência médica, cestas básicas, cartão alimentação e o fornecimento de refeições prontas e vale refeições. Em 31 de março de 2011, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$4.396 (R\$2.388 no período equivalente de 2010), correspondentes respectivamente, 2,25% e 1,84%, de sua receita operacional líquida.

A Companhia inclui em sua política de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido pela Companhia. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Foi provisionado no trimestre findo em 31 de março de 2010 o montante de R\$1.035.

f. Controladores

A controladora da Companhia é a Santos Brasil Participações S.A., que detém 100% das ações que representam o seu capital social.

Notas Explicativas

8 Tributos correntes a recuperar

	31.03.2011	31.12.2010
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	155	204
Outros	<u>59</u>	<u>60</u>
Total curto prazo	<u>214</u>	<u>264</u>

A Companhia tinha registrado em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, principalmente, créditos de imposto de renda retido na fonte, originados sobre aplicações financeiras.

9 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
				31.03.2011	31.12.2010
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,7	432.426	87.143	345.283	351.782
Equipamentos de movimentação de carga	(a)	445.241	236.582	208.659	212.564
Imobilizações em andamento	-	20.934	-	20.934	17.966
Equipamentos de informática	20	20.367	15.535	4.832	5.360
Terrenos	-	7.582	-	7.582	7.582
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	10.181	5.572	4.609	4.708
Instalações, móveis e utensílios	10	5.575	2.736	2.839	2.822
Veículos	20	3.038	1.729	1.309	1.353
Outros	10	<u>205</u>	<u>139</u>	<u>66</u>	<u>71</u>
Total		<u>945.549</u>	<u>349.436</u>	<u>596.113</u>	<u>604.208</u>

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de março de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Baixas/Efeitos não monetários	Saldo final
Benfeitorias em imóveis de terceiros	351.782	1.580	7.424	(655)	345.283
Equipamentos de movimentação de carga (a)	212.564	1.451	4.981	(375)	208.659
Imobilizações em andamento (b)	17.966	3.023	-	(55)	20.934
Equipamentos de informática (c)	5.360	128	647	(9)	4.832
Terrenos	7.582	-	-	-	7.582
Máquinas, equipamentos e acessórios (c)	4.708	95	194	-	4.609
Instalações, móveis e utensílios (c)	2.822	135	118	-	2.839
Veículos (c)	1.353	91	118	(17)	1.309
Outros	<u>71</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>66</u>
Total	<u>604.208</u>	<u>6.503</u>	<u>13.487</u>	<u>(1.111)</u>	<u>596.113</u>

Notas Explicativas

- (a) A vida útil, dos equipamentos de movimentação de carga, foi revisada seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, passando de 10 anos para algo em torno de 12 anos, calculado através de média ponderada e limitado ao período do contrato de concessão.
- (b) O valor de adição no grupo Imobilizações em Andamento está líquido das transferências efetuadas, quando da entrada dos bens em operação, para os grupos que os representam.
- (c) Não houve alterações nos critérios e nos valores da depreciação desses itens (i) por não terem representação econômica relevante e (ii) por terem as suas vidas econômicas já aproximadamente representadas.

Os custos dos empréstimos capitalizados, em virtude das imobilizações em andamento, em 31 de março de 2011, eram de R\$36, referente aos empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis aos imobilizados.

A Companhia possui equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos dos próprios equipamentos (Finame, Finimp e *Leasing*), o valor de aquisição desses ativos foi de R\$157.534. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento, tipo guindastes sobre rodas (*Rubber Tyre Gantry* – RTG), dado em garantia referente à ação trabalhista nº 369/2003, que em 31 de março de 2011 tinha o valor contábil de R\$1.734, sendo que a referida ação está em andamento.

Existem compromissos assumidos pela Administração atrelados a aquisição de bens do ativo imobilizado no montante de R\$36.085, os quais não estão contabilizados nessas informações trimestrais.

10 Intangível

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
				31.03.2011	31.12.2010
Vida útil definida					
Direito de exploração do Tecon 1- Nota 1-b	4	129.791	69.222	60.569	61.867
Ágio na compra de ações (a)	7,2	321.264	191.090	130.174	132.962
Software	20	16.844	9.195	7.649	7.964
Software em desenvolvimento		<u>2.119</u>	<u>-</u>	<u>2.119</u>	<u>2.340</u>
Subtotal		470.018	269.507	200.511	205.133
Vida útil indefinida					
Projeto Barnabé-Bagres (b)	-	12.155	-	12.155	12.155
(-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres (b)		<u>(12.155)</u>	<u>-</u>	<u>(12.155)</u>	<u>(12.155)</u>
Subtotal		-	-	-	-
Total		<u>470.018</u>	<u>269.507</u>	<u>200.511</u>	<u>205.133</u>

Notas Explicativas

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de março de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo Inicial	Adições	Amortização	Baixas / Efeitos não monetários	Saldo Final
Vida útil definida					
Direitos de exploração					
Tecon 1 Santos – Nota 1-b	61.867	-	1.298	-	60.569
Ágios nas aquisições (a)					
Ações da Santos-Brasil	132.962	-	2.788	-	130.174
Softwares					
Sistemas de processamento de dados	7.964	76	668	277	7.649
Outros Intangíveis					
Software	-	-	-	-	-
Em desenvolvimento	<u>2.340</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(221)</u>	<u>2.119</u>
Subtotal	205.133	76	4.754	56	200.511
Vida útil indefinida					
Outros (b)					
Projeto Barnabé-Bagres	12.155	-	-	-	12.155
(-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres	<u>(12.155)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.155)</u>
Subtotal	-	-	-	-	-
Total	<u>205.133</u>	<u>76</u>	<u>4.754</u>	<u>56</u>	<u>200.511</u>

- (a) Em maio de 2006, no processo da reestruturação societária, a Companhia procedeu à incorporação de algumas de suas controladoras incluindo o ágio, no montante de R\$321.264, pago na compra de ações da Companhia. Esse ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo o OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon-1 (Nota Explicativa nº 1-b), foi considerado como de vida útil definida e sua amortização passou a acompanhar o prazo residual desse contrato de arrendamento.
- (b) Refere-se a valores gastos com a realização de estudos e levantamentos para a elaboração de projeto de implantação do Complexo Portuário Barnabé-Bagres, destinado a promover o aproveitamento do potencial portuário da margem esquerda na área continental de Santos, com o amparo de estudos de viabilidade econômica, com vistas à ampliação do Porto de Santos. O projeto foi apresentado pela Companhia e está aguardando o processo de escolha a ser efetuado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo, que conferirá ao projeto escolhido o direito de ressarcimento dos gastos efetuados, sujeitos à análise e aprovação da referida entidade. A Administração optou pela provisão da baixa deste intangível até que seja definida a escolha do projeto.

Notas Explicativas

11 Empréstimos e financiamentos

	Juros e comissões	Atualizações	Amortização	31.03.2011	31.12.2010
Moeda nacional					
	3,00% a.a. até				
Finame	4,30% a.a.	URTJLP	Mensal	992	1.273
Leasing IBM	7,85% a.a.		Mensal	287	373
Capital de Giro	18% a.a. do CDI	CDI	Única	<u>10.067</u>	<u>20.162</u>
Subtotal				<u>11.346</u>	<u>21.808</u>
Moeda estrangeira					
	Libor e Euro				
	Libor + 0,3% até	Variação			
Finimp	10,34% a.a.	Cambial	Semestral	85.258	92.821
		Variação			
Darby Brazil Mezzanine		Cambial		297	303
		Variação			
Leasing Banco CIT	5%a.a.	Cambial	Mensal	<u>227</u>	<u>310</u>
Subtotal				<u>85.782</u>	<u>93.434</u>
Total geral				<u>97.128</u>	<u>115.242</u>
(-) Parcelas de curto prazo				(46.263)	(56.839)
Parcelas de longo prazo				50.865	58.403

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional estão representados por liberações do Finame (Financiamentos de Máquinas e Equipamentos) para o financiamento da compra de bens para utilização nas operações da Companhia e estão garantidas por termo de vinculação de receita e por alienação fiduciária de equipamentos, na maioria objetos da transação.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do Imposto de Renda na Fonte, conforme previsão contratual, e estão representados, principalmente, por liberações do Finimp (Financiamentos de Importados), para o financiamento da compra de bens importados para utilização na operação da Companhia e estão garantidas por alienação fiduciária dos equipamentos objetos da transação.

Financiamento	Vencimento	Moeda	Garantias (*)
Finame	Mar/2012	R\$	Equipamento objeto da transação
Finimp	Jul/2017	US\$/ €	Equipamento objeto da transação
Darby Brazil Mezzanine	(**)	US\$	Não há
Leasing IBM	Jan/2012	R\$	Equipamento objeto da transação
Leasing Banco CIT	Dez/2011	US\$	Software objeto da transação
Capital de giro	Abr/2011	R\$	Aval Santos Brasil Participações (***)

(*) Conforme Nota Explicativa nº 9.

(**) Pagamento aguardando formalização do contrato para remessa.

(***) Valor limitado ao valor contratado.

Em 31 de março de 2011, a Companhia tinha empréstimos e financiamentos com parcelas de vencimentos no curto prazo sendo: (i) R\$16.137 em três meses, (ii) R\$28.145 em seis meses e (iii) R\$34.370 em nove meses.

Em 31 de março de 2011, a dívida a longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Notas Explicativas

Financiamento/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Finimp	<u>11.958</u>	<u>20.957</u>	<u>15.692</u>	<u>864</u>	<u>864</u>	<u>530</u>	<u>50.865</u>
Total	<u>11.958</u>	<u>20.957</u>	<u>15.692</u>	<u>864</u>	<u>864</u>	<u>530</u>	<u>50.865</u>

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas anuais relativas à manutenção de certos índices financeiros, que estão sendo atendidos em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. O quadro a seguir explicita tais índices:

Contratos	Indicadores	Índice padrão
Finimp	Cobertura do Serviço da Dívida - ISCD 1	Maior ou igual a 1,40
	Relação de Capital de Terceiros s/Capital Próprio	Menor ou igual a 1,50
	Relação da Dívida Bancária Líquida s/ EBITDA	Menor ou igual a 2,00
	Relação Patrimônio Líquido s/ Ativo Total	Maior ou igual a 40%

12 Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas informações trimestrais, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Processo CADE - Multa (a)	1.546	1.521
Processo CADE - Faturamento TRA (a)	78.967	74.318
Provisão trabalhista	5.669	6.017
Provisão Processo Codesp	990	971
Provisão Fator Acid. de Prev. – FAP (b)	<u>1.602</u>	<u>1.408</u>
Total	<u>88.774</u>	<u>84.235</u>

Notas Explicativas

Os valores depositados judicialmente relativos às contingências em discussão judicial eram:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Processo CADE - Multa (a)	1.546	1.521
Processo CADE - Faturamento TRA (a)	73.288	69.721
Provisão trabalhista	2.695	3.065
Provisão Processo Codesp	<u>990</u>	<u>971</u>
Subtotal	<u>78.519</u>	<u>75.278</u>
Outros depósitos judiciais (c)	<u>25.856</u>	<u>25.129</u>
Total	<u>104.375</u>	<u>100.407</u>

- (a) Os provisionamentos relacionados ao CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica referem-se ao processo que tramitou naquele órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou por administração privada, inclusive a Companhia.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados (TRAs) pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado e a Companhia foi condenada: (i) a multa pecuniária e (ii) a interromper a cobrança feita aos TRAs. A Companhia ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar com a cobrança mediante depósito judicial integral dos valores cobrados e depósito do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$66.232 e R\$1.546, respectivamente. A Companhia ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em Juízo: uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS e a COFINS, e a outra tramita na Comarca do Guarujá, que engloba o ISSQN, com valores totais já depositados de R\$7.056.

- (b) O provisionamento refere-se à impugnação administrativa perante o INSS face à nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP – Fator Acidentário de Prevenção, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos na empresa e afastamentos de funcionários, em comparação às empresas que exercem a mesma atividade econômica (CNAE), o qual resultou no aumento de 72% do último valor pago pela Companhia. Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizado Mandado de Segurança, cuja liminar foi concedida para afastar a exigibilidade do crédito até julgamento da impugnação. A referida impugnação administrativa foi negada, tendo sido apresentado recurso administrativo junto ao Ministério da Previdência Social.

- (c) Os depósitos judiciais classificados como Outros, estão compostos por: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.121 e R\$7.004, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$1.864; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$8.593; (iv) depósito de INSS e de IR sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza não Salarial do SINDESTIVA - Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685 e (v) outros depósitos na esfera Tributária e Civil, no valor de R\$5.589.

Notas Explicativas

A movimentação das provisões para contingências, no trimestre findo em 31 de março de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Reversão	Saldo final
Processo CADE - multa	1.521	25	-	-	1.546
Processo CADE - faturamento TRA	74.318	4.649	-	-	78.967
Provisão trabalhista	6.017	-	-	(348)	5.669
Provisão processo Codesp	971	19	-	-	990
Provisão Fator Acid. de Prev. - FAP	<u>1.408</u>	<u>194</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.602</u>
Total	<u>84.235</u>	<u>4.887</u>	<u>-</u>	<u>(348)</u>	<u>88.774</u>

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$97.008, além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança, em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações trimestrais.

13 Arrendamento

a. Arrendamento financeiro

A Companhia possui 7 ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro (leasing). Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	<u>31.03.2011</u>
Equipamentos de informática	603
Sistemas de processamento de dados	<u>762</u>
Total	<u>1.365</u>

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia reconheceu como variação cambial ativa o montante de R\$5, e como juros o montante de R\$36, relativo a despesas financeiras, e R\$117 relativo à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos 31.03.2011	Juros 31.03.2011	Pagamentos futuros mínimos 31.03.2011
De um a cinco anos	514	-	514

Notas Explicativas

b. Arrendamento operacional

A Companhia possui contrato de concessão, conforme Nota Explicativa nº 1-c, e as parcelas de arrendamento a serem apropriadas no resultado, por competência, a partir do próximo trimestre, estão demonstradas a seguir:

Contrato/ano	2011	2012	2013	2014 a 2035	Total
Tecon 1	<u>20.809</u>	<u>27.745</u>	<u>27.745</u>	<u>27.745</u>	<u>219.648</u>

A Companhia também possui contratos de aluguel de áreas administrativas que no trimestre findo em 31 de março de 2011 geraram despesas no montante de R\$359.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado da Companhia era de R\$627.714 em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, representado por 452.567.461 ações ordinárias e de 203.208.988 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 (dois bilhões e um mil) ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem dividendos assegurados.

b. Reservas

- *Reserva de capital*

Plano de opção de compra de ações

Representados pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações instituído pela Controladora da Companhia, obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva especial de ágio na incorporação*

Constituída tendo como base a parcela de capital próprio utilizado para pagamento do ágio, com a posterior incorporação das controladoras, na operação descrita na Nota Explicativa nº 10.

Notas Explicativas

c. Remuneração aos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

15 Receita Operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do trimestre:

	31.03.2011	31.03.2010
Receita bruta	220.691	145.339
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	18.768	11.105
Outros	<u>6.135</u>	<u>4.214</u>
Total de receita contábil	<u>195.788</u>	<u>130.020</u>

16 Outras receitas e despesas operacionais

	31.03.2011	31.03.2010
Outras receitas operacionais		
Ressarcimento de ISS s/ notas canceladas	368	55
Ganho na venda de ativo	862	-
Correção de depósitos judiciais	108	81
Outras	<u>241</u>	<u>17</u>
Total	<u>1.579</u>	<u>153</u>
Outras despesas operacionais		
Perda no reembolso de investimento - TEV	-	2.310
Outros	<u>60</u>	<u>4</u>
Total	<u>60</u>	<u>2.314</u>

O montante de R\$2.310 de 31 de março de 2010 se refere à perda resultante da diferença entre os valores originais investidos no TEV e os valores ressarcidos pela CODESP.

Notas Explicativas**17 Resultado financeiro**

	31.03.2011	31.03.2010
Despesas financeiras		
Juros	1.051	1.209
Variações monetárias e cambiais passivas	2.074	9.029
Valor justo da operação de Swap	98	10
Outros	<u>265</u>	<u>379</u>
Total	<u>3.488</u>	<u>10.627</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	2.796	2.512
Juros de mútuo (*)	1.439	-
Variações monetárias e cambiais ativas	1.357	7.231
Valor justo da operação de Swap	296	-
Outros	<u>221</u>	<u>159</u>
Total	<u>6.109</u>	<u>9.902</u>

(*) Conforme Nota Explicativa nº 7-a.

18 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)**a. Conciliação da taxa efetiva**

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009, é apresentada a seguir:

	31.03.2011	31.03.2010
Lucro antes da tributação	83.316	35.440
I - Valor base - IRPJ e CSLL	28.322	12.044
- Alíquota 15 % IRPJ e 9% CSLL	19.996	8.506
- Alíquota adicional 10 % IRPJ com dedução de R\$ 60	8.326	3.538
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	718	483
- Adições permanentes		
- Remuneração variável da Diretoria	349	371
- Plano de opção de compra de ações	260	-
- Outras	109	112
- Exclusões permanentes		
III - Efeitos dos incentivos fiscais	(123)	(45)
- Incentivos fiscais	(123)	(45)
IV - TAXA EFETIVA		
- IRPJ e CSLL ajustado (I + II + III)	28.917	12.482
- Alíquota efetiva	34,7%	35,2%
Efeitos do IRPJ e CSLL no resultado	28.917	12.482

Notas Explicativas

b. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis, (ii) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (iii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tiveram a seguinte origem:

Ativo	31.03.2011		31.12.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências	22.193	7.990	21.058	7.581
Outras provisões	5.124	1.844	7.283	2.622
Regime tributário de transição-RTT				
Efeitos do Regime Tributário de Transição	—	—	534	193
	<u>27.317</u>	<u>9.834</u>	<u>28.875</u>	<u>10.396</u>

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, elaborado anualmente nos encerramentos dos exercícios sociais, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pela Administração. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social corrente.

A realização das diferenças temporárias, além de ocorrer em função dos resultados projetados, depende também da conclusão dos fatos contábeis ou das ações judiciais que lhes deram origem.

Passivo	31.03.2011		31.12.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Efeitos do Regime Tributário de Transição:				
Amortização do ágio	<u>29.866</u>	<u>10.752</u>	<u>26.548</u>	<u>9.557</u>
Depreciação	<u>19.977</u>	<u>7.191</u>	<u>17.854</u>	<u>6.427</u>
Outros	<u>145</u>	<u>52</u>	<u>83</u>	<u>32</u>
Total	<u>49.988</u>	<u>17.995</u>	<u>44.485</u>	<u>16.016</u>

Os impostos diferidos referentes ao RTT foram principalmente, pelo efeito de amortização do ágio e pelo novo critério de depreciação dos equipamentos de carga.

Notas Explicativas

19 Resultado por ação

Lucro básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível ao acionista controlador da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste trimestre, comparativamente com o 1º trimestre de 2010 conforme o quadro a seguir:

	31.03.2011			31.03.2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	37.541	16.858	54.399	15.843	7.115	22.958
Quantidade de ações (em milhares)	452.567	203.209	655.776	452.567	203.209	655.776
Resultado por ação básico	0,08295	0,08295	0,08295	0,03501	0,03501	0,03501

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Classificação dos Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Notas Explicativas

31.03.2011			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	125.022	-	125.022
Contas a receber de clientes	-	52.761	52.761
Partes Relacionadas – Nota 7-a	-	43.189	43.189
Passivos			
Empréstimos e financ. em moeda nacional e <i>Leasing</i>	-	11.346	11.346
Empréstimos e financ. em moeda estrangeira e <i>Leasing</i>	-	85.782	85.782
Fornecedores	-	23.562	23.562
<i>Swap</i> - Banco Itaú	<u>2.598</u>	<u>-</u>	<u>2.598</u>
Total	<u>127.620</u>	<u>216.640</u>	<u>344.260</u>
31.12.2010			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	87.363	-	87.363
Contas a receber de clientes	-	47.913	47.913
Partes Relacionadas – Nota 7-a	-	40.933	40.933
Passivos			
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e <i>Leasing</i>	-	21.808	21.808
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e <i>Leasing</i>	-	93.434	93.434
Fornecedores	-	26.876	26.876
<i>Swap</i> - Banco BTG Pactual	965	-	965
<i>Swap</i> - Banco Itaú	<u>2.238</u>	<u>-</u>	<u>2.238</u>
Total	<u>90.566</u>	<u>230.964</u>	<u>321.530</u>

b. Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Notas Explicativas

b.1 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de março de 2011 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela BM&F.

A tabela a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no trimestre findo em 31 de março de 2011. A coluna “Recebimentos (pagamentos)” mostra os valores recebidos ou pagos por liquidações efetuadas ao longo do trimestre findo em 31 de março de 2011, e a coluna “Custo” mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos no trimestre findo em 31 de março de 2011:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Valor justo		Banco BTG Pactual (*)	
						mar/11	dez/10	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + Cupom - CDI	R\$/mil -	Fev/11	Associado a variação cambial	(948)	(49)	-	(965)	Variação Cambial + Cupom Cambial	100% CDI

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Valor justo		Banco Itaú (*)	
						mar/11	dez/10	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + Cupom - CDI	R\$/mil 26.404	Dez/11	Associado a variação cambial	(853)	(1.345)	(2.598)	(2.238)	Variação Cambial + Cupom Cambial	100% CDI

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

b.2 - Instrumentos Financeiros “Não Derivativos”

Considerando como base as projeções de taxas de juros e moedas da BM&F, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Notas Explicativas

Empréstimos e Financiamentos - Foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&F, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&F, não foram considerados o risco de crédito próprio, bem como eventual spread bancário por serem considerados irrelevantes.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais.

Aplicações financeiras - As aplicações financeiras em Fundos de Investimento e CDB's, estão sendo apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo através do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de março de 2011, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	<u>31.03.2011</u>	
	<u>Saldo Contábil</u>	<u>Valor de Mercado</u>
Ativo		
CDB	25.646	25.646
Fundo de investimento	96.555	96.555
Total	<u>122.201</u>	<u>122.201</u>

	<u>31.03.2011</u>	
	<u>Saldo Contábil</u>	<u>Valor de Mercado</u>
Passivo		
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	85.782	86.443
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	11.346	11.335
Total	<u>97.128</u>	<u>97.778</u>

c. *Ativos e passivos em moeda estrangeira*

Natureza do saldo	<u>Valor (em R\$)</u>		Moeda
	31.03.2011	31.12.2010	
Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC	297	303	US\$
Financiamento Finimp	62.967	67.835	US\$
Financiamento Finimp	22.291	24.986	€
Financiamento <i>Leasing</i> Banco CIT	<u>227</u>	<u>310</u>	US\$
Total	85.782	93.434	

d. *Hierarquias de valor justo*

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Notas Explicativas

	31.03.2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos de Passivos financeiros				
<i>Swap</i> -Itaú	-	(2.598)	-	(2.598)

Não houve transferência de ativos ou passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o trimestre findo em 31 de março de 2011. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados com valor justo através do resultado possuem basicamente hierarquia nível 2.

e. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de março de 2011, era de R\$682, representando 1,29% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2010, esta provisão era de R\$224, equivalente a 0,47%.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

f. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de *Ebtida* e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Vide informações quantitativas na Nota Explicativa nº 11, relacionada a Empréstimos e Financiamentos.

g. Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Dólar norte-americano e o Euro que encerraram o trimestre findo em 31 de março de 2011 com desvalorização em relação ao Real de 2,15% e valorização de 3,93%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

A empresa mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia. Adicionalmente também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a Empréstimos e Financiamentos, tais operações não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados. Dentre as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

h. Análise de sensibilidade

A Companhia possui empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração considera os mesmos como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Além desse cenário, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais tomou-se como base 31 de março de 2011.

Análise de sensibilidade de variações decorrentes de moedas estrangeiras

Operação	Risco	Saldos patrimoniais		
		Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	US\$ / Euro	85.782	109.874	131.849
Swap Itaú (ganho)	US\$ / CDI	1.237	(590)	(2.416)
Swap Itaú 2ºsem (ganho)	US\$ / CDI	1.209	(3.254)	(7.717)
Taxas				
US\$		1,63	2,04	2,44
Euro		2,31	2,89	3,47

O contrato de *Swap* protege as parcelas de financiamentos no curto prazo.

21 Seguros

Em 31 de março de 2011 a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

SANTOS-BRASIL	Coberturas	Moeda	Vencimento
Seguro de Operador Portuário - SOP			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2012
Bens Móveis e Imóveis	17.850	US\$	Jan/2012
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2012
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2012
Transporte de Mercadorias	2.000	US\$	Jan/2012
Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal	600	US\$	Jan/2012
Administradores e Diretores			
Responsabilidade Civil - D&O	30.000	R\$	Jun/2011
Riscos Nomeados– Escritórios			

Notas Explicativas

Santos e São Paulo	3.700	R\$	Abr/2011
Transporte de Passageiros em Embarcações			
Responsabilidade Civil	1.000	R\$	Jul/2011
Danos Morais	200	R\$	Jul/2011
Frota			
Seguro da Frota de Veículos (47 veículos) (RCF)	50	R\$	Out/2011
Seguro da Frota de Veículos (47 veículos) (APP)	10	R\$	Out/2011

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das informações trimestrais, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

22 Informações sobre os segmentos operacionais

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações que abaixo integram esta nota explicativa, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações, seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e se reportando à Diretoria Estatutária. Da mesma forma são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As práticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas informações trimestrais, conforme Nota Explicativa nº 3.

Os segmentos operacionais são:

Terminais Portuários de Contêineres, representado pela unidade de negócio Tecon Santos, cujo contexto operacional está na Nota Explicativa nº 1-a, 1-b e 1-c. As suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

As demonstrações são:

Demonstração do Resultado até o EBITDA – *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nesta demonstração também é apresentado o *EBIT* – *Earnings before interest and taxes*;

Demonstração do Capital Empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações, as informações das **atividades corporativas** que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou sejam, os valores relacionados (i) à administração central, (ii) à gestão financeira e (iii) aos tributos diretos sobre o lucro. Estão, também, no grupo corporativo, os valores relacionados à premiação pelo resultado na forma do plano de compra de ações.

Notas Explicativas

Seguem, as demonstrações citadas, para os períodos a que se referem estas informações trimestrais.

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional – Jan-Mar/2011

Contas	Terminais portuários	Corporativo	Total
Receita operacional bruta	220.691	-	220.691
Deduções da receita	24.903	-	24.903
Receita operacional líq.	195.788	-	195.788
Custo dos serviços prestados	93.641	-	93.641
Custos variáveis/fixos	78.520	-	78.520
Depreciação/amortização	15.121	-	15.121
Lucro bruto	102.147	-	102.147
Despesas operacionais	11.768	9.684	21.452
Despesas com vendas	4.495	-	4.495
Despesas gerais e adm.	8.409	6.947	15.356
Depreciação/amortização	94	3.026	3.120
Outras	(1.230)	(289)	(1.519)
EBIT	90.379	(9.684)	80.695
Depreciação/amortização	15.215	3.026	18.241
EBITDA	105.594	(6.658)	98.936
Resultado financeiro	-	(2.621)	(2.621)
IRPJ / CSLL	-	28.917	28.917
LUCRO LÍQUIDO	N/A	N/A	54.399

Notas Explicativas**Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional – Jan-Mar/2010**

Contas	Terminais portuários de contêineres	Corporativo	Total
Receita operacional bruta	145.339	-	145.339
Deduções da receita	15.319	-	15.319
Receita operacional líq.	130.020	-	130.020
Custo dos serviços prestados	70.519	-	70.519
Custos variáveis/fixos	55.695	-	55.695
Depreciação/amortização	14.824	-	14.824
Lucro bruto	59.501	-	59.501
Despesas operacionais	9.483	13.853	23.336
Despesas com vendas	3.823	-	3.823
Despesas gerais e adm.	3.270	10.813	14.083
Depreciação/amortização	132	3.137	3.269
Outras	2.258	(97)	2.161
EBIT	50.018	(13.853)	36.165
Depreciação/amortização	14.956	3.137	18.093
EBITDA	64.974	(10.716)	54.258
Resultado financeiro	-	725	725
Equivalência patrimonial	-	-	-
IRPJ / CSLL	-	12.482	12.482
Participação no resultado-PPR	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO	N/A	N/A	22.958

Maior Cliente

Em 31 de março de 2011, as receitas de um cliente do segmento de Terminais Portuários representam aproximadamente R\$76.349 (R\$29.950 em 31 de março de 2010), representando 34.6% do total da receita bruta.

Notas Explicativas**Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional – 31.03.2011**

Contas	Terminais Portuários	Corporativo	Total
Ativo Circulante	65.200	125.022	190.222
Disponibilidades	-	125.022	125.022
Outros	65.200	-	65.200
Ativo não circulante	774.290	167.324	941.614
Realizável longo prazo	107.839	37.151	144.990
Imobilizado	596.113	-	596.113
Intangível	70.338	130.173	200.511
Passivo circulante	(48.380)	(8.287)	(56.667)
Fornecedores	(23.562)	-	(23.562)
Outros	(24.818)	(8.287)	(33.105)
Passivo não circulante	(88.774)	(67.983)	(156.757)
Provisão contingências	(88.774)	-	(88.774)
Outros	-	(67.983)	(67.983)
CAPITAL EMPREGADO	702.336	216.076	918.412
Ativo circulante	-	-	(43.189)
Outros	-	-	(43.189)
Passivo circulante	-	-	90.717
Endividamento	-	-	46.263
Dividendos/JSCP	-	-	41.810
Outras obrigações	-	-	2.644
Passivo não circulante	-	-	50.865
Endividamento	-	-	50.865
Patrimônio líquido	-	-	820.019
FONTES DE CAPITAL	-	-	918.412

Notas Explicativas**Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional – 31.12.2010**

Contas	Terminais portuários	Corporativo	Total
Ativo circulante	56.931	87.363	144.294
Disponibilidades	-	87.363	87.363
Outros	56.931	-	56.931
Ativo não circulante	780.242	172.234	952.476
Realizável longo prazo	103.864	39.271	143.135
Imobilizado	604.208	-	604.208
Intangível	72.170	132.963	205.133
Passivo circulante	(62.752)	(5.058)	(67.810)
Fornecedores	(26.876)	-	(26.876)
Outros	(35.876)	(5.058)	(40.934)
Passivo não circulante	(84.235)	(60.501)	(144.736)
Provisão contingências	(84.235)	-	(84.235)
Outros	-	(60.501)	(60.501)
CAPITAL EMPREGADO	690.186	194.038	884.224
Ativo circulante	-	-	(40.933)
Outros	-	-	(40.933)
Passivo circulante	-	-	60.089
Endividamento	-	-	56.839
Outras obrigações	-	-	3.250
Passivo não circulante	-	-	58.403
Endividamento	-	-	58.403
Patrimônio líquido	-	-	806.665
FONTES DE CAPITAL	N/A	N/A	884.224

Notas Explicativas**Conselho de Administração**

Marcos Nascimento Ferreira (Presidente)
Richard Klien (Vice-Presidente)
Verônica Valente Dantas
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim
José Raul Sant'Anna
Andreas Klien
Alcides Lopes Tápias (Independente)
Hans Jurgen Friedrich Peters (Independente)
Wallim Cruz de Vasconcellos Junior (Independente)

Suplentes

Fabio Perrone Campos Mello
Eduardo Penido Monteiro
Norberto Aguiar Tomaz
Itamar Benigno Filho
Guido Vinci

Diretoria

Antônio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente
Washington Cristiano Kato - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Caio Marcelo Morel Correa - Diretor de Operações
Mauro Santos Salgado - Diretor Administrativo

Conselho Fiscal

Gilberto Braga
Leonardo Guimarães Pinto
Antonio Carlos Pinto de Azeredo
Eduardo Grande Bittencourt

Suplentes

Marcello Martins Rodrigues
Marcelo de Freitas Lapa Santos
Mauro Ormeu Cardoso Amorelli
Vanderlei Dominguez da Rosa

Luiz Carlos Quene TC/CRC 1SP192166/O-6

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Não aplicável.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Nível 2) apresentamos as seguintes informações (informações não revisadas pelos Auditores Independentes):

1) Demonstrativo da posição acionária de todo investidor ou acionista que detém mais de 5% de ações de cada espécie e classe do capital, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2011.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: SANTOS-BRASIL S.A.						Posição em 31/03/2011 (Em unidade Ações)
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferênc.		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A.	452.567.461	100	203.208.988	100	655.776.449	100
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	452.567.461	100	203.208.988	100	655.776.449	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.						Posição em 31/03/2011 (Em unidade Ações)
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferênc.		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
INTERNATIONAL MARKETS INVESTMENTS C.V.	148.340.449	32,76	28.614.732	14,00	176.955.181	26,92
PW237 PARTICIPAÇÕES S.A.	136.406.095	30,12	-	-	136.406.095	20,75
MULTI STS PARTICIPAÇÕES S.A.	67.696.522	14,95	-	-	67.696.522	10,30
BRASIL TERMINAIS S.A.	52.241.413	11,54	2.143.456	1,05	54.384.869	8,27
MONDRIAN INVESTMENT PARTNES L.	2.608.297	0,58	10.433.188	5,10	13.041.485	1,98
CREDIT SUISSE SECURITIES (EUROPE) LIMITED	2.638.500	0,58	10.554.000	5,16	13.192.500	2,02
ETON PARK CAPITAL MANEGEMENT L.P.	3.894.000	0,86	15.576.000	7,62	19.470.000	2,96
BNY MELLON ARX INVESTIMENTO LTDA.	2.918.800	0,64	11.675.200	5,71	14.594.000	2,22
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	42.033.981	7,97	149.054.796	61,36	191.088.777	24,58
Total	452.862.007	100,0	204.387.172	100	657.249.179	100

A Mondrian Investment Partners Ltd, Eton Park Capital Manegement L.P. e BNY Mellon ARX Investimentos LTDA não são acionistas diretas ou indiretas da Santos Brasil Participações, mas sim administradora de carteira ou gerente de investimento, de clientes domiciliados no Brasil ou no exterior que, em conjunto, possuem mais de 5% das ações preferenciais de emissão da Companhia. No Formulário de Referência da Companhia constam, quando fornecidos, as posições acionárias por fundo de investimento de cada administrador ou gerente de investimento citados acima.

O Credit Suisse Securites (Europe) Limited é sociedade com sede em Londres, constituída conforme as leis do Reino Unido na Grã-Bretanha.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: INTERNATIONAL MARKETS INVESTMENTS C.V.					Posição em 31/03/2011 (Em unidade Ações / Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Opportunity Fund	99.999	99,999	-	-	99.999	99,999
Vivremol S.A.	1	0,001	-	-	1	0,01
Total	100.000	100,00	-	-	100.000	100,00

O Opportunity Fund é um fundo de investimento estrangeiro, com sede nas Ilhas Cayman.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: PW237 Participações S.A.					Posição em 31/03/2011 (Em unidade Ações / Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Dório Ferman	14.997	99,97	-	-	14.997	99,97
Itamar Benigno Filho	1	0,01	-	-	1	0,01
André Carlos Monteiro	1	0,01	-	-	1	0,01
Jomar Monnerat de Carvalho	1	0,01	-	-	1	0,01
Total	15.000	100	-	-	15.000	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: MULTI STS Participações S.A.					Posição em 31/03/2011 (Em unidade Ações / Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
RKJ Investimentos e Partic.Ltda	633.728	2,90	-	-	633728	2,90
FINK Holding Participações S.A.	1.267.457	5,80	-	-	1.267.457	5,80
Edith Franziska Katharina Klien	10.931.811	50,00	-	-	10.931.811	50,00
Paul Richard Klien	9.030.631	41,30	-	-	9.030.631	41,30
Richard Klien	1	0,00	-	-	1	0,00
Thomas Klien	1	0,00	-	-	1	0,00
Total	21.863.629	100	-	-	21.863.629	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Denominação: RKJ Investimentos e Participações Ltda.					Posição em 31/03/2011 (Em unidade Ações / Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Richard Klien	3.048.694	100,0	-	-	3.048.694	100,0
Renata Costa Klien	1	0,00	-	-	1	0,00
Total	3.048.695	100	-	-	3.048.695	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: FINK Holding Participações S.A.					Posição em 31/03/2011 (Em unidade Ações / Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
RKJ Investimentos e Partic.Ltda	8.101.480	40,50	-	-	8.101.480	40,50
RKVega Participações Ltda.	4.699.260	23,50	-	-	4.699.260	23,50
THK Participações Ltda.	4.699.260	23,50	-	-	4.699.260	23,50
AAPS Participações Ltda.	2.500.000	12,50	-	-	2.500.000	12,50
Total	20.000.000	100	-	-	20.000.000	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: RKJ Investimentos e Participações Ltda.					Posição em 31/03/2011 (Em unidade Ações / Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Richard Klien	3.048.694	100,0	-	-	3.048.694	100,0
Renata Costa Klien	1	0,00	-	-	1	0,00
Total	3.048.695	100	-	-	3.048.695	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: RKVega Participações Ltda.					Posição em 31/03/2011 (Em unidade Ações / Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Rosemarie Klien Vega	983.120	100,0	-	-	983.120	100,0
Ricardo Aurélio M.Vega Orellana	1	0,00	-	-	1	0,00
Total	983.121	100	-	-	983.121	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Denominação: THK Participações Ltda.

Posição em
31/03/2011
(Em unidade Ações /
Cotas)

Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Thomas Klien	1.051.549	100,0	-	-	1.051.549	100,0
Luisa Vega Klien	1	0,00	-	-	1	0,00
Total	1.051.550	100	-	-	1.051.550	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Denominação: APPS Participações Ltda.

Posição em
31/03/2011
(Em unidade Ações /
Cotas)

Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Andreas Klien	428.759	100,0	-	-	428.759	100,0
Patrick Klien	1	0,00	-	-	1	0,00
Phillip Klien	1	0,00	-	-	1	0,00
Total	428.761	100	-	-	428.761	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Denominação: Brasil Terminais S.A.

Posição em
31/03/2011
(Em unidade Ações /
Cotas)

Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Richard Klien	999	99,90	-	-	999	99,90
Renata Costa Klien	1	0,10	-	-	1	0,10
Total	1.000	100	-	-	1.000	100

2) Valores mobiliários detidos por Controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal da Companhia, em 31 de março de 2011:

**POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES
E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**
Posição em 31/03/2011

Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	452.567.445	100,0	203.208.988	100,0	655.776.433	100,0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Administradores						
Conselho de Administração	16	0,00	-	0,00	16	0,00
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	-	-	-	-	-	-
Total	452.567.461	100	203.208.988	100	655.776.449	100
Ações em Circulação	-	-	-	-	-	-

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/03/2010 (12 meses atrás)						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	452.567.446	100,0	203.208.988	100,0	655.776.434	100,0
Administradores						
Conselho de Administração	15	0,00	-	0,00	15	0,00
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	-	-	-	-	-	-
Total	452.567.461	100	203.208.988	100	655.776.449	100
Ações em Circulação	-	-	-	-	-	-

3) Informamos que, em 31 de março de 2011, não há ações em circulação de emissão da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Santos-Brasil S.A
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Santos-Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de abril de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7